

R. História, São Paulo, n. 123-126, p. 149-186, ago-dez/91 a jan-jul/92.

ENGEL, Magali. *Meretrizes e Doutores: saber médico e prostituição no Rio de Janeiro (1840-1890)*. Editora Brasiliense, São Paulo, 1989, 1ª edição, 149p.

*Esmeralda Blanco Bolsonaro de Moura **

Cidade do Rio de Janeiro. É este o recorte que Magali Engel elege para desvendar, no decorrer do século XIX, mais precisamente no período de 1840 a 1890, personagens ainda pouco conhecidos em nossa história, meretrizes e doutores.

Com o objetivo claramente expresso de "contribuir para a compreensão dos principais aspectos que caracterizaram a versão médica do projeto de ordenação social do espaço urbano, formulado em meio a um período de profundas transformações na cidade do Rio de Janeiro" (p. 21), a autora procura recompor como se elabora no Brasil do século a idéia de medicina social. Nesse contexto, conforme acentua, o saber médico busca "legitimar-se e consolidar-se (...) como uma nova instância do poder na sociedade" (p. 69). A medida em que a cidade se torna mais complexa e mais precárias as condições de higiene pública, à medida em que a oferta de mão-de-obra frente ao crescimento demográfico supera a demanda, acentuando a exploração do trabalho, a desordem geral da cidade -vista e tratada como doença - elege os médicos, nas palavras da autora, enquanto os "primeiros disseminadores de um projeto de normalização do espaço social urbano" (p.39).

No interior desse projeto - tendo em vista que os temas relacionados à mulher e à criança estão entre aqueles privilegiados pela medicina social - a prostituição e o próprio sexo surgem como aresta do social a ser desvendada e controlada. Nesse sentido, o ano de 1890. no qual, definida como doença, a prostituição é inserida no campo dos estudos de higiene médica e saúde pública, é visto pela autora como um marco.

Mas, o que representa a prostituição? Acima de tudo, configura-se como uma prática que rompe com o comportamento socialmente esperado da mulher, com os papéis normativos, tradicionais, de mãe e de esposa. Assim, à medida em que no espaço do casamento a sexualidade é vista como sadia,

* Departamento de História/USP.

a prática da prostituição, ao romper com os níveis de aceitação de sexualidade feminina, configura-se como doença. Os opostos aparecem, então, como inter-elucidativos. A imagem de um segmento de mulher permite vislumbrar melhor o outro. Prostituição é, portanto, o espaço social que rompe com a imagem "ideal" de mulher, construída em torno do casamento e da concepção-maternidade. Eleita a família como espaço para a prática da sexualidade sadia - em última instância, sua própria garantia - a prostituição representa o perigo de vê-la desagregar-se frente à "contaminação da doença moral" (p.89). Além disso, "Fortemente associada à noção de desperdício, (...) manifestando-se como elemento destruidor do patrimônio, da fortuna, da propriedade constituída", a prostituição surge como contrária à acumulação e também como "foco de desagregação do trabalho e da propriedade", pois "Gerando a incapacidade para o trabalho e a devastação da propriedade, produziria o indivíduo inútil, ou seja, inabilitado para o exercício da cidadania" (p. 101).

Um discurso, no qual - esclarece a autora - "a noção de prostituição se opõe à de pátria e a prostituta é, antes de tudo, estrangeira" (p.101).

Quem são, na realidade, essas prostitutas? "Escravas, libertas, livres - brasileiras e imigrantes - as prostitutas compunham um conjunto cujo perfil econômico-social e cultural era bastante diversificado, compreendendo desde o chamado baixo meretrício até a chamada prostituição de luxo", esclarece a autora à página 26. À página 91, no entanto, a escravidão e com ela a mulher escrava são apontadas, no discurso da época como uma das principais causas da prostituição na cidade do Rio de Janeiro. Assim é que à página 96, a autora afirma que, na tentativa de "minimizar a extensão da miséria no Brasil, os médicos acabam por negar o vínculo entre escravidão e falta de oportunidade de emprego para os segmentos livres e despossuídos da população, assumindo uma espécie de visão romântica da escravidão, na qual a pobreza é, antes de tudo, gerada pela preguiça e não, como nas sociedades européias industrializadas, pela ausência de trabalho ou pelos baixos salários". Essa distorção da realidade brasileira, ao contrário de nos parecer imbuída de uma "visão romântica", nos parece antes de tudo preconceituosa. A própria autora denuncia o preconceito:

"Concebendo o escravo como 'indolente' e 'mau trabalhador', o médico denuncia a escravidão como elemento de difusão da 'ociosidade' e de 'desqualificação do trabalho'"(p. 96).

O imaginário social da época está, na verdade, pleno de discriminação e preconceito. Discriminação e preconceito que estão voltados sobretudo

para a mulher. Assim é que à página 92 a autora diz, acentuando a submissão feminina ao poder masculino:

"Alguns médicos apontavam a 'desigualdade de direitos entre ambos os sexos', resultante de uma situação em que a 'mulher pouco mais é do que uma escrava', como uma das causas da prostituição no Brasil".

Esse é um ponto que, nos parece, deveria ter sido objeto de um aprofundamento mais sistemático, porque permeia todo o problema da prostituição, tornando-se ainda mais fundo no caso da escrava ou ex-escrava, duplamente discriminada, pela condição social e pela condição de sexo.

Mas, o que é mais instigante no trabalho de Magali Engel é o fato de que os homens - no caso médicos - parecem meio que perdidos diante do sentimento do ser-mulher construído socialmente, a partir de atributos como fraqueza, fragilidade, inferioridade e submissão ao ser-homem. Perdidos em meio à contradição que se estabelece entre o imaginário social e a práxis, o real. Há uma mulher na sua imaginação - o papel de mãe, conforme a própria autora acentua, concebido como a única função capaz de conferir um sentido ao próprio sexo feminino - e outra mulher diante deles. Isto nos faz lembrar a afirmação de Maria Odila Leite da S. Dias, ao tentar recompor o passado daquelas mulheres que ela apropriadamente qualificou de "sem história":

"O processo propriamente histórico de vida da mulher 'em sociedade tem bem mais a ver, com um contínuo improvisar de papéis informais, mudança, vir a ser, do que com mitos e normas culturais" ¹.

Na discussão sobre o trabalho, a contradição aflora com força total. À medida em que a prostituição é "vinculada à ociosidade e contraposta a trabalho" (p. 94), este emprego do discurso como meio "insistentemente recomendado", tido como o "mais eficaz para prevenir a prostituição causada pela miséria" (p. 128).

Mais adiante, a própria autora elucida a contradição do discurso:

"A intenção de conter a prostituição através da instrução profissional e do trabalho tem como alvo prioritário a mulher pobre, que para ser considerada saudável deveria ser capaz

"Mulheres sem História". *Revista de História* (114): 31-45. Janeiro-Junho de 1983, p. 41.

não só de desempenhar o papel de esposa/mãe, mas também o de exercer uma atividade produtiva. Condido, os médicos não conseguiriam estabelecer uma conciliação harmoniosa entre estes dois papéis. (...) muitas vezes, o ideal de esposa/mãe se oporia, explicitamente, às ocupações femininas remuneradas. É o que acontece, por exemplo, quando as atividades exercidas pelas mulheres pobres da cidade do Rio de Janeiro - tais como floristas, porteiras, costureiras, enfermeiras, etc. - são associadas, no discurso, à prostituição" (p. 129).

Assim, se por um lado, no discurso da época o trabalho é associado a prostituição - na imagem pouco respeitosa elaborada em torno de algumas profissões femininas - por outro é visto como impedimento a essa prática, com laivos de efetivo e eficiente controle social. Nas palavras da própria autora, "A mulher sem trabalho é vista (...) como uma prostituta em potencial" (p.98).

A contradição tende a se aprofundar ainda mais, à medida em que a imagem da mulher economicamente independente é associada à prostituição, já que, esclarece a autora, "o acesso à riqueza lícita só é concebível". no caso feminino, "através do casamento" (p. 113). "Por outro lado - prossegue a autora -, o trabalho operário apresenta-se como a única atividade remunerada que, mesmo desempenhada pela mulher é reconhecida como trabalho. Deste modo, -conclui -, somente protegida pelas redomas da família ou da fábrica, a mulher poderia, honesta e honradamente, garantir às condições econômicas de sua sobrevivência" (p.113). Vale lembrar, no entanto, - aspecto que não parece estar presente nas preocupações da autora - que, no caso da fábrica, o fantasma da prostituição se projeta no imaginário social da época, mais do que nunca ameaçador.

Paralelamente, o debate em torno da prostituição e a própria trajetória que é imprimida ao tema no interior dos meios acadêmicos da medicina, envolve também o seu sentido de ameaça à saúde física. Nesse contexto, a sífilis aparece como doença que causa sobretudo o depauperamento da força de trabalho. E é enquanto "fonte e agente da propagação da sífilis" (p. 75) que recai a ênfase maior do discurso sobre a prostituição, "A prostituição - acentua a autora à página 66 - é (...) concebida como um perigo escondido nos antros e coberto por um véu. (...) Apesar da mágoa, é preciso que o médico penetre no desconhecido e levante o véu que o encobre; é preciso que o médico faça da ameaça oculta uma ameaça conhecida e classificada, tornando-a, assim, controlável", Isso nos faz lembrar um quadro presente, uma questão atual, objeto de enfoque semelhante. Conforme a própria autora

faz questão de frisar, na apresentação, "assistimos, hoje, à transformação da AIDS num instrumento do controle da sexualidade não menos sutil, nem tão distinto da sífilis, que vigorou durante o século XIX e princípios do XX" (p. 15).

E é justamente na questão do controle da sexualidade que o trabalho de Magali Engel parece encontrar sua real vocação, justamente por ser aquela questão mais alinhada com os objetivos plenos da autora. Assim, a prostituição encontra sua mais ampla concepção, no exato momento em que a preocupação com o seu controle se coloca plenamente. É, nesse momento, "O interesse médico pelo corpo feminino, visto como palco da concepção e da gestação", expressando uma postura voltada para "o objetivo de controlá-lo através de uma política de higienização que abrangia tanto os aspectos físicos quanto os morais" (p.84). A prostituição configura-se, então, quer como fatalidade - e, portanto, como mal necessário -, quer como "válvula de segurança" e, simultaneamente, como "válvula de escape". Fatalidade, porque é um mal inevitável, que não pode ser eliminado, concepção que conduz à de mal necessário, que, portanto, não deve ser extinto mas controlado, regulamentado. "Válvula de segurança/válvula de escape", porque absorve, nas palavras da autora, "as exigências dos instintos incontrolláveis", apresentando-se "como escudo de proteção a valores e padrões de comportamentos essenciais - a virgindade, a fidelidade feminina, etc., - para a viabilização do projeto médico de transformação da família e do casamento em instituições higiênicas" (p. 110). É a prostituição sem dúvida, concebida como "indispensável" para a preservação das instituições sociais - dentre as quais a familiar - diante das necessidades sexuais fisiologicamente geradas no homem e que não podem ser comprimidas" (p.106), entendida com a real "capacidade de conter, ou pelo menos restringir, perversões sexuais consideradas mais graves" (p.110).

São os médicos enquanto segmento da intelectualidade, empenhados "na tarefa de ordenar aquilo que era visto como desordem, transformando a cidade num espaço civilizado" (p. 39). Nas palavras da autora esse "projeto de regulamentação sanitária da prostituição pública" (p.104). se esclarece plenamente:

"À medida em que a prostituição é vista como doença, como ameaça à saúde física, moral e social do conjunto da população urbana, e o médico como detentor da verdade científica, o discurso sobre a prostituição traz implícito um projeto de normalização higiênica do corpo, concebido não apenas num sentido físico, mas, também, num sentido moral e num sentido social"¹ (p. 69).

Em última instância, no interior desse projeto, "As medidas de fiscalização do corpo da prostituta, concebido como mercadoria, são justificados como necessárias para a proteção da saúde do consumidor" (p.107).

Em contrapartida, há aqueles que se opõem à regulamentação sanitária da prostituição pública. Aqui, esta não é lida como inevitável nem necessária, sendo concebida unicamente "como um mal que pode e deve ser eliminado da sociedade" (p. 119). A regulamentação é vista como legalização do mal, transformação da prostituição em "profissão regular e legítima - o que promoveria o seu crescimento - bem como "atentado à liberdade individual" (p. 120), sendo ponto essencial a reabilitação da prostituta, tida como impossível pelos regulamentaristas.

Paralelamente, "Tanto os defensores, quanto os opositores da regulamentação sanitária da prostituição revelam perspectivas inspiradas no pensamento liberal. Caracterizar os primeiros como antiliberais seria pura e simplesmente reproduzir a acusação dos anti-regulamentaristas", anota a autora, concluindo que "o conflito entre os dois pontos de vista tende a expressar diferentes posicionamentos quanto ao papel que deveria caber ao poder público na modernização da cidade" (p.132). Os próprios regulamentaristas buscam os argumentos em defesa da repressão à prostituição livre na própria concepção liberal, "segundo a qual os limites da liberdade do indivíduo terminam onde começa a liberdade do outro" (p.107).

A oposição entre regulamentaristas e anti-regulamentaristas se dilui quando se traia das "medidas profiláticas da prostituição" (p.124), que implicam sobretudo em enfatizar a educação moral na formação da mulher, através da preocupação em proporcionar-lhe "uma educação sólida e completa, compreendendo não só os aspectos físicos e intelectual, que deveriam ser assegurados pelo Estado, mas também o aspecto moral diretamente relacionados à difusão da doutrina cristã" (p.127).

Cumprindo, aqui, ainda, resgatar do discurso da época uma outra contradição. Quando se concebe a prostituição como mal inevitável e mesmo necessário. De repente, a mulher prostituta passa a incomodar menos. Descobre-se em sua atividade, a função de servir o homem, de garantir a organização da família, de preservar os valores burgueses. É a mulher a serviço do homem, amo e senhor. A prostituta e a esposa, ambas a servi-lo, a satisfazer-lhe uma os instintos, outra a convicção social de que lhe é inferior e de que lhe deve submissão, obediência, numa vida de verdadeira reclusão no espaço doméstico.

É certo que a autora tenta esclarecer o que representa, para a mulher, o ato de prostituir-se. Alternativa de sobrevivência para a mulher pobre, muitas vezes ex-escrava, recém-liberta. que acena, frente à ausência de

empregos ou aos baixos salários, com a "possibilidade de ganhos mais expressivos" (p.25), escolha que "poderia viabilizar para a mulher a vivência de uma condição mais autônoma e independente" (p.26), concluindo que a prostituição "deve ser vista (...) como um espaço efetivo de resistência ao (ideal) da mulher frágil e submissa" (p.27).

Mas, fica para nós, uma questão a incomodar profundamente. O que teriam essas esposas e prostitutas, essas mulheres a dizer? Como resgatar suas próprias vozes? Porque, nesta análise que tem como pano de fundo a família, à medida em que a prostituta se afasta da esposa-mãe, é por oposição que estas duas imagens de mulher emergem do texto de Magali Engel, Conforme a própria autora afirma, "No caso das mulheres, o comportamento estranho, compreendendo todas as atitudes e posturas que não se ajustassem ao ideal de esposa/mãe, aparece muito mais transgressivo: não o anti-social, mas o anti-natural" (p.138). "Preservadas" em sua integridade no espaço doméstico, que imagens teriam construído essas esposas-mães em torno das meretrizes? E as meretrizes, como veriam a si próprias no interior de uma sociedade na qual a imagem "ideal" de mulher em muito se afasta delas? A autora nos diz à página 37 que parece não haver existido "limites muito precisos entre o espaço da prostituição - identificado com a imoralidade - e o espaço da família - identificado com a moralidade -" no âmbito do real, uma "*confusão de espaços* que não se restringia à prostituição de luxo" e que nos instiga a querer saber mais.

Fica, assim, deste trabalho extremamente interessante de Magali Engel, sem dúvida competente, uma impressão e, com ela, um incômodo vazio. Provável tirania da documentação disponível, tirania essa, atrelada a um processo histórico de opressão atuante sobre a mulher e sobre o comportamento visto como dissonante, os doutores estão muito mais presentes no livro do que as meretrizes. É deles a palavra. Quanto às meretrizes, emergem do imaginário desses doutores e são, na verdade, pouco mais do que vultos.